

O globo revirado

GEOPOLÍTICA | Os próximos 40 anos pertencem aos emergentes, aponta estudo das Nações Unidas

POR ANDRÉ BARROCAL

O MAPA-MÚNDI com a Europa, Estados Unidos e Rússia na parte superior e a América do Sul, África e Oceania na inferior foi proposto em 1569 por um geógrafo belga, Gerardus Mercator. Embora esteja consagrado, nunca deixou de ser questionado. Há uma desproporção no tamanho dos continentes, por exemplo. Mercator deixou bem claro, segundo o espírito do tempo, onde se localizava o centro do poder.

A incrível transformação global do século XXI tornou sem sentido a hierarquia econômica e geopolítica sugerida há 444 anos. Os países mais ao sul do mapa, o Brasil entre eles, assumiram a liderança do desenvolvimento mundial e promovem mudanças sociais inéditas. Juntas, as economias de Brasil, China e Índia têm hoje quase o mesmo peso da soma daquelas dos seis países mais ricos (EUA, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá). Até o fim desta década, vão superá-los. Em 2040, sua parcela na produção alcançará 40%. Em 1950, era de apenas 10%. Um “reequilíbrio impressionante do poder econômico mundial”, na descrição do último relatório sobre desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgado na quinta-feira 14 no México.

Intitulado “A Ascensão do Sul”, o documento enfatiza os avanços econômicos e sociais em 40 países, nos quais se

Brasil, Índia e China terão economias maiores do que aquelas dos seis países mais ricos

Modelo. Assim como nós, os Brics apostam no mercado interno e amenizam a crise

observam traços comuns, como Brasil, China, Índia, África do Sul, Indonésia e Turquia. Abrigam a maioria da população do planeta. Têm modelos de desenvolvimento baseados em Estados ativos e incentivadores das relações com outras nações do Sul, o que fortalece todos no combate à crise que castiga os EUA e a Europa desde 2008. E apostam em políticas sociais. “Nunca antes na história as condições de vida e as perspectivas de futuro de tantos indivíduos havia mudado tanto nem tão rápido”, descreve o relatório.

Pode-se entender a reviravolta a partir da diferença de estágio histórico entre os países do Norte e do Sul e das decisões dos governos. No primeiro grupo,

diz o economista Marcio Pochmann, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), satisfeitas as vontades e necessidades gerais de consumo, o padrão se esgotou. O predomínio de uma visão neoliberal impediu o surgimento de outro modelo capaz de sustentar uma nova fase de progresso.

Já nos países do Sul, que concentram grande parte da pobreza, a política econômica oficial passou a privilegiar o mercado interno, justamente para atender às necessidades básicas da população. “A dúvida é: por quanto tempo os ricos aceitarão perder empregos e mercados? Até quando vão trocar a arte da guerra pela diplomacia?”, pergunta Pochmann. Segundo ele, historicamente os conflitos armados acompanharam a alteração dos polos de dinamismo econômico.

Em clara demonstração de temor a respeito do futuro e do próprio declínio, os EUA e a Europa anunciaram em fevereiro o início das negociações para criar uma área comum de livre comércio. Facilitar as transações entre economias debilitadas poderia proteger ambas da “ascensão do Sul”.

No relatório, o PNUD revela preocupação com o impacto da transformação nas relações globais. Com a expansão do Sul, há necessidade de redistribuir poder em organismos como o Conselho de Segurança da ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Todos refletiriam realidades e poderes não mais existentes. Sem reformas, as instituições correm o risco de cair na irrelevância.

A mudança na divisão de poder no FMI é uma bandeira do Brasil. Desde 2008, o Fundo passou por duas alterações organizacionais que ampliaram a voz e o poder das nações em desenvolvimento. A última, em 2010, não atendeu plenamente ao bloco em ascensão, mas antecipou uma nova revisão em duas fases (2013 e 2014). Até hoje as mudanças não foram aprovadas pelo Congresso norte-americano. Além disso, a primeira etapa não sairá neste ano, por resistência europeia, que não quer perder espaço, diz uma autoridade federal brasileira.

A defesa da reformulação no FMI é um exemplo da liderança conquistada e exercida pelo País a partir da reconfiguração global. “O Brasil está virando uma superpotência no soft power”, disse na

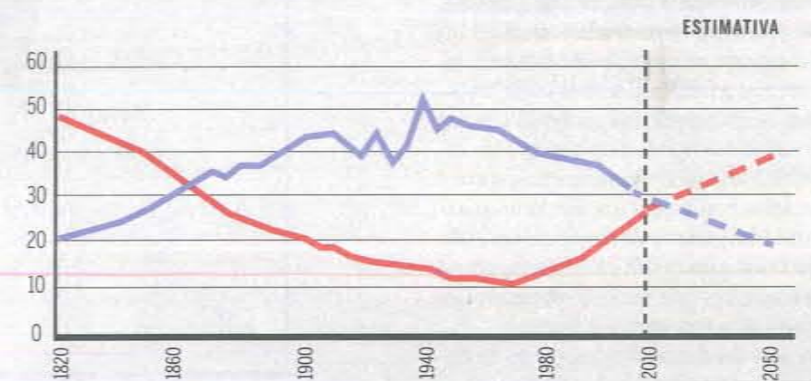


quinta-feira 14 o chefe do escritório local da ONU, Jorge Chediek, em alusão à capacidade de uma nação de influenciar outras por meios pacíficos, sem usar ameaças militares.

O novo status traz mais responsabilidades, segundo o PNUD. O Brasil inspira políticas sociais e de combate à miséria, como o Bolsa Família, e se vê na obrigação de auxiliar quem lhe pede orientação. O documento traz uma série de citações elogiosas ao País e o lista como uma das 15 entre 187 nações de melhor desempenho na promoção do “desenvolvimento humano” desde 1990. O conceito foi inventado pelo PNUD para medir a qualidade de vida dos indivíduos a partir da combinação de dados sobre renda média, expectativa de vida e escolaridade. É uma tentativa de ir além de indicadores de renda, pois o crescimento econômico não produz automaticamente condições de vida mais dignas.

O avanço do Sul

Proporção da produção mundial, em %*



* Por paridade do poder de compra, em dólares de 1990

Fonte: Interpolação validada pelo escritório encarregado do informe de dados históricos da Maddison (2010) e projeções baseadas no Pardee Centre for International Futures (2013)

Apesar do relatório favorável ao Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pelo PNUD continua uma dor de cabeça para o governo. No ranking geral, o País, uma das maiores economias do planeta, aparece de novo na posição 85, com nota abaixo da média da América Latina, como ocorreu no último relatório, de 2011. As autoridades voltaram a reclamar do uso de dados antigos, especialmente sobre educação. "Não é aceitável que as nossas estatísticas, reconhecidas mundialmente, sejam ignoradas. Mais uma vez ficamos muito contrariados", disse a *Carta-Capital* a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello.

Ao comentar o documento no Brasil, Chediek reconheceu fundamento na queixa. Para que todos os países sejam tratados de forma igual, alguns dados são antigos e não refletem certos avanços recentes. Por isso, afirma o representante do PNUD, o relatório não deveria ser encarado só como uma tabela, mas como uma análise de tendências de longo prazo. O País ainda sofrerá algum tempo no ranking por outro motivo, o acúmulo histórico de desigualdades. Analfabetos de mais idade, por exemplo, dificilmente vão deixar de sê-lo, mas permanecerão nas estatísticas enquanto viverem. Uma criança que entra hoje na escola encontrará, contudo, condições similares àquelas dos países desenvolvidos, garante Chediek.

Por pressão do governo, que desde 2010 critica o cálculo do IDH, o PNUD fez uma simulação com base nos indicadores brasileiros mais atualizados sobre renda, educação e saúde. E concluiu que, de fato, houve melhora. Com o índice simulado, o Brasil estaria na posição 69. Uma situação mais confortável, sem dúvida, mesmo assim incompatível com o potencial de geração de riquezas da nação. O principal freio ao IDH nacional é a estrutura desigual sobre a qual a sociedade se assentou. Um quarto da desigualdade de renda brasileira resulta de fatores como raça, etnia, local de nascimento e má herança escolar paterna.

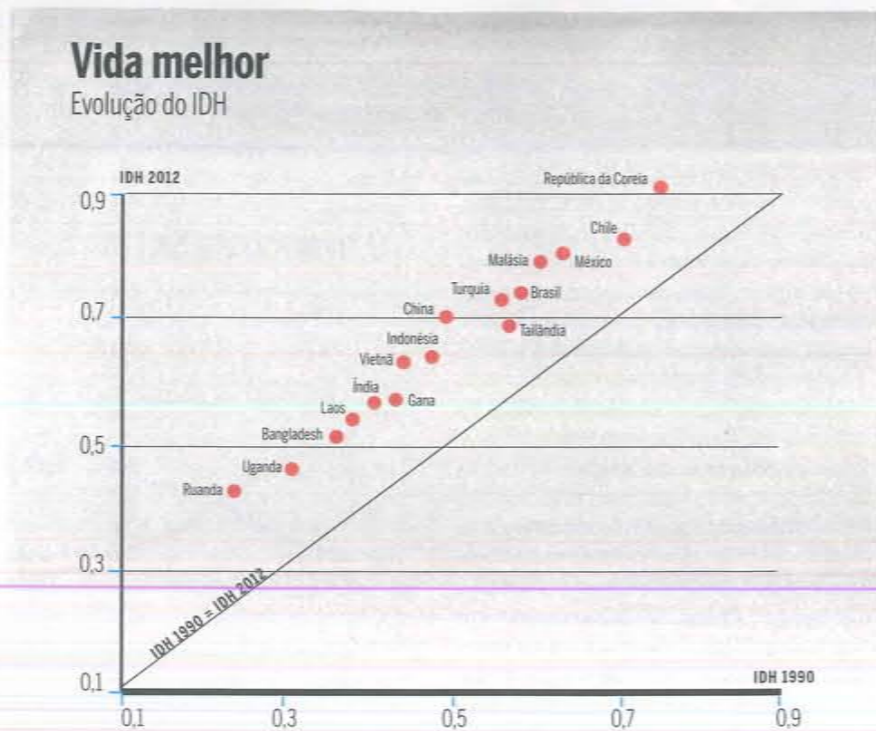
Para a coordenadora do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento da Universidade Federal Fluminense (UFF), Celia Lessa Kerstenetzky, "são fatores estruturais que se mantêm praticamente inalterados". E, pior, quando se combinam com a elevada

concentração de riqueza, tendem a reproduzir as desigualdades.

O governo, diz a pesquisadora, deveria fazer um esforço para convencer a sociedade de que a desigualdade é um sinal de subdesenvolvimento e de que é necessário financiar políticas de promoção ao acesso a oportunidades entre os cidadãos. Em outras palavras, a parcela mais rica, que tanto reclama da carga de impostos, deveria se dispor a auxiliar os mais pobres a desenvolver suas

O Brasil não avançou no IDH. O governo reclama do uso de dados defasados pelos pesquisadores

Horizonte maior. O País está na lista das economias que mais reduziram as desigualdades



Nota: Os países acima da linha de 45 graus tiveram um IDH maior em 2012 do que em 1990. Eles foram selecionados a partir dos residuais obtidos de uma regressão do câmbio ao logaritmo do IDH entre 2012 e 1990 sobre o logaritmo do IDH inicial de 1990

Fonte: PNUD

potencialidades. De que forma? Mais tributos para financiar, por exemplo, a educação, sugere. "É mais difícil fazer política redistributiva justamente quando ela é mais necessária, isto é, quando as desigualdades são mais intensas", afirma a acadêmica.

A própria estrutura tributária estimula a desigualdade, em vez de combatê-la, descreve um estudo de janeiro encomendado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e realizado por três economistas, entre eles José Roberto Affonso, ex-colaborador do governo Fernando Henrique Cardoso.

A distribuição de renda melhorou, aponta o estudo, mas ainda é ruim, principalmente por causa dos tributos. Ao contrário dos países desenvolvidos, o Brasil taxa em demasia o consumo e é leniente com os ganhos e o patrimônio. "Temos um modelo tributário que favorece a regressividade e, por isso, piora a distribuição de renda na sociedade", anotam os economistas. Mudar tal realidade parece um dos maiores desafios de uma sociedade que se considera apta a ser um dos sustentáculos do novo eixo de poder global. ●

O pessimismo no retrovisor

A DIVULGAÇÃO DOS números confirmando o fraco desempenho da economia em 2012 induziu à criação de um clima de pessimismo em relação à possibilidade de recuperação do crescimento neste ano, que somente agora começa a se dissipar com os sinais incipientes de retomada da produção industrial e da consolidação dos números do bom movimento do comércio embalado pelas festas de fim de ano.

O pessimismo foi, evidentemente, exagerado, na medida em que se ignorou o progresso social a gestar uma classe média mais educada e mais exigente de qualidade dos serviços públicos, sem a qual não se consolidam as instituições democráticas capazes de aumentar paulatinamente a igualdade de oportunidades.

Avanços importantes para a sociedade brasileira foram esquecidos durante o nevoeiro. Exemplos: a redução ordenada e consistente da taxa Selic; a bem-sucedida manobra de substituição dos juros reais de 6% nos rendimentos da poupança e o controle dos aumentos de salários no serviço público por três anos. Em outras frentes, a aprovação do sistema previdenciário do funcionalismo, o enfrentamento dos custos nos setores básicos da energia e portuário, o aprendizado nos leilões de concessões nos projetos de infraestrutura para atrair o investimento privado. E, ainda, a exoneração da folha de pagamento para setores industriais, que, combinada com a desvalorização da taxa cambial, recomeça a estimular a exportação de manufatura. E houve pequenos aperfeiçoamentos no sistema tributário, com reduções pontuais nos níveis de impostos.

Por último, mas não menos importante, registre-se a melhora do entendimento entre o poder incumbente e o setor privado, capaz de vencer o empresariado de que a política econômica do governo é amigável e objetiva o aumento da competição e da produtividade. Isso pode nos levar a retomar o ritmo de um crescimento do PIB entre 3% e 4%, em 2013, como reafirmou a presidenta em recente seminário na Europa, em um encontro de empresários brasileiros e estrangeiros.

É preciso lembrar que medidas "macroprudenciais" introduzidas no começo por seu governo haviam sido recebidas inicialmente com grande ceticismo. O desenvolvimento da conjuntura mostrou que essas medidas foram não apenas altamente efetivas como talvez tenham sido subavaliadas. Posterior-

mente abriu-se um espaço para a redução consistente da taxa de juro real, reclamada há décadas pela economia brasileira. A maior taxa de juro real do universo conhecido promovia um movimento de capitais especulativos a favor da supervalorização da taxa de câmbio real, acentuando os inconvenientes da redução da atividade global promovida pelo controle monetário.

Em um ano, o Banco Central trouxe a Selic a 7,25%, o que, com expectativa de inflação anual da ordem de 5,5%, nos deixou com uma taxa de juro real de cerca de 2%. Longe ainda da taxa de juro real do mercado internacional, hoje por volta de 2% negativos. O atual diferencial de juro interno e externo é próximo de 4%. Em um ambiente de política cambial defensiva, ele ainda deixa margem para a exploração de oportunidades lucrativas para o capital estrangeiro de curto prazo, principalmente diante da contínua enxurrada de liquidez produzida externamente.

Com o nível de atividade atual, é claro que a preocupação com o crescimento assumiu um peso importante nas decisões do Comitê de Política Monetária (Copom), mesmo porque nossa política econômica é de "legítima defesa" contra as políticas monetárias externas que procuram desvalorizar suas moedas. É preciso ser muito desinformado para não saber que os EUA tentam abertamente reduzir seu déficit em conta corrente, não

apenas aumentando sua oferta interna de energia, mas estimulando um dólar "fraco" para ampliar suas exportações.

As incertezas e as fragilidades da situação mundial serão mais prolongadas do que se supunha. E deverão nos ajudar com alguma redução da pressão inflacionária externa. Vemos que o dissenso foi mais uma questão subjetiva: como cada um vê a velocidade e a eficiência com que o mundo poderá se livrar das incertezas criadas pela crise financeira de 2007.

É difícil decidir quem, afinal, estará certo, porque o futuro continua mais opaco do que sempre foi e inexistente, de fato, uma liderança política mundial forte e bem informada. É necessária certa humildade e desconfiar das afirmações de alguns analistas supostamente portadores da verdadeira "ciência econômica". Que na realidade não existe. ●



As incertezas e fragilidades da situação mundial serão persistentes e nos ajudarão a lidar com as pressões inflacionárias